

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2015
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2015

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESA E EMPRESAS DE
PEQUENO PORTE

Nos moldes do art. 47 e 48 inciso I da LC 123/06 com alterações da 147/14

A Prefeitura Municipal de São Joaquim CNPJ 82.561.093/0001-98 por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, torna público que fará realizar às 09:30 horas do dia 05 de fevereiro de 2015, licitação na modalidade PREGÃO, Pelo Menor Preço por Item, regida pela Lei nº 10.520/02, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 001/06, pela Lei Complementar nº 123/06 com alterações LC 147/14 por este Edital e, subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93, a Praça João Ribeiro, nº 01, Centro, 2º Piso - Sala de Licitações, destinado à Aquisição de relógios ponto digital para Prefeitura e Fundo da Educação e Assistência Social.

1. DO OBJETO:

1.2 Constitui objeto do presente edital à Aquisição de relógios ponto digital para Prefeitura e Fundo da Educação e e Assistência Social , conforme anexo I do edital (itens).

2. DA RETIRADA DO EDITAL:

Far-se-á de 2ª a 6ª feira, das 09:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas, no Depto. de Compras e Licitações, à Praça João Ribeiro, Nº 01 - Centro, São Joaquim, SC, sem ônus.

3. DO(S) PEDIDO(S) DE ESCLARECIMENTO(S):

3.1 Esclarecimentos a respeito de dúvidas de caráter técnico e de interpretação dos termos do Edital deverão ser formalizados, obrigatoriamente, por escrito e endereçados ao Depto. de Compras e Licitações aos cuidados do Pregoeiro e por e-mail (pmsj_licitacao@hotmail.com), em até 05 dias, antecedendo a data definida para a abertura da sessão;

3.2 Outras informações pelo telefone: (49) 3233-0411 - R 229

4. DO(S) PRAZO(S):

4.1 De Entrega(s), em até 05(cinco) dias, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), no(s) endereço(s) nela(s) indicado(s), devidamente subscrita(s) pelo Responsável de cada Secretaria.

OBS: local da entrega conforme anexo II do edital.

4.2 Do Recebimento Provisório, em até 15 dias, contados da(s) data(s) da(s) entrega(s);

4.3 O processo fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base. A sua validade será de 1 ano a contar da data da sua assinatura.

5. DO(S) PAGAMENTO(S):

5.1 Será(ão) efetuado(s) em até 30 (trinta) dias da(s) entrega(s), à vista da(s) nota(s) fiscal(is) decorrente(s);

5.2 O(s) pagamento(s), se processará(ão) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que foram atendidas as condições estabelecidas no Contrato, Proposta de Preços e demais Documentos inerentes ao Processo.

6. DA VALIDADE DA PROPOSTA:

O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data limite para apresentação das propostas nesta licitação, sendo considerado automaticamente prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o término do processamento desta licitação.

7. DOS RECURSOS FINANCEIROS:

7.1 Os produtos, objeto desta licitação, serão adquiridos com recursos provisionados na conta: no orçamento de 2015.

Prefeitura Municipal

nº : (57),(26),(44),(4) 4.4.90.52.35.00.00.00

Fundo Municipal de Educação

nº: (30),(1),(54),(57) 4.4.90.52.35.00.00.00

Fundo Municipal de Assistência Social

nº : (4) 4.4.90.52.35.00.00.00

7.2 Valor Estimado:R\$ 58.832,00 (Cinquenta e oito mil e oitocentos e trinta dois reais)

7.3 As empresas participantes do processo de licitação, deverão garantir entrega imediata do pedido sem ônus, e pagamento ocorrerá em até 30 (trinta) dias após a entrega.

8. DA PARTICIPAÇÃO:

8.1 Poderão participar da presente licitação, empresas legalmente constituídas, que satisfaçam as condições do presente Edital;

8.2 As empresas deverão participar isoladamente, não se permitindo consórcios;

8.3 Não poderá participar, empresa que tenha sido declarada inidônea, ou que esteja cumprindo suspensão do direito de licitar ou contratar com Administração Pública;

8.4 A participação na presente Licitação, enseja na aceitação plena das condições prescritas neste Edital e em seus anexos.

Não se aplicarão os arts. 47 e 48 conforme disciplina o art. 49 da Lei Complementar nº. 123/06, quando não houver um mínimo de 3(três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas e empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas

no instrumento convocatório;

9. DO CREDENCIAMENTO:

9.1 Fica a critério do Licitante se fazer representar ou não na sessão;

9.2 O titular se investido de poderes, se fará representar, apresentando, cópias autenticadas do Ato Constitutivo/Contrato Social e da cédula de identidade, ou de outro documento reconhecido legalmente, que o identifique;

9.3 O Licitante se desejar, poderá também ser representado por preposto, devidamente credenciado, através de declaração ou instrumento procuratório, com firma reconhecida em cartório, acompanhado de cópias autenticadas da cédula de identidade do Outorgado e do Ato Constitutivo do Outorgante, conferindo poderes para formulação de lances e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame;

9.4 Nenhuma pessoa física ou jurídica poderá representar mais de um Licitante;

9.5 O não comparecimento do titular e/ou do representante credenciado não enseja a INABILITAÇÃO, nem a DESCLASSIFICAÇÃO do Licitante;

9.6 O Licitante que não se fizer representar, fica automaticamente impedido de participar da fase de competição com lances verbais e de se manifestar motivadamente sobre os atos da Administração, decaindo, em consequência, do direito de interpor recurso, inclusive para exercer o direito de favorecimento instituído pela LC 123/06, às ME's e EPP's;

9.7 Far-se-á o credenciamento, antecedendo a abertura dos envelopes, devendo a documentação pertinente, ser envelopada em separado dos demais documentos ou entregue em mão.

10. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES:

Deverão ser entregues 02 envelopes separados, indevassáveis, lacrados em seus fechos, cada um deles com identificação clara do proponente referente à licitação, como segue:

ENVELOPE N° 01 - PROPOSTA

ENVELOPE N° 02 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

11. DA ENTREGA DOS ENVELOPES:

11.1 Os envelopes: n° 01 - Proposta e n° 02 - Documentação de Habilitação poderão ser entregues no setor de licitações da Prefeitura, à Praça João Ribeiro, N° 01, Centro, São Joaquim, SC, CEP 88.600-000, até às 09: 30 horas do dia 05 de fevereiro de 2015.

11.2 Poderão também, sê-los remetidos em correspondência registrada, por sedex e/ou despachados por intermédio de empresas que prestam este tipo de serviço, hipóteses em que o Município não se responsabilizará por extravio ou atraso;

11.3 Podem ainda, ser entregues pessoalmente ao Pregoeiro ou para um Membro da Equipe de Apoio, até a hora e dia marcado para abertura dos envelopes, não sendo admitida qualquer tolerância após o horário estabelecido para o início do certame.

12. DA SOBRESCRITURA DO ENVELOPE Nº 01

Sr. Pregoeiro

Empresa:

Referente ao Edital de Pregão nº 02/2015 -

Abertura às 09: 30 horas do dia 05 de fevereiro de 2015.

Praça João Ribeiro, Nº 01, Centro, São Joaquim, SC, CEP 88.600-000

Proposta

13. DA PROPOSTA:

13.1 Ser formulada de preferência em papel timbrado da empresa, apresentada em uma via, constando o nome, endereço completo e carimbado com a Razão Social;

13.2 Ser redigida em linguagem clara, sem rasuras, sem emendas, sem ressalvas e sem entrelinhas;

13.3 Conter a(s) assinatura(s), a(s) qual(is) deverá(ão) ser identificada(s) fazendo-se constar a qualificação do(s) signatário(s) e o cargo que exerce (Diretor, Gerente, e/ou Procurador);

13.4 Estar com todas as vias rubricadas e a última assinada em seu desfecho, pelo signatário da autora;

13.5 Ter validade de no mínimo 60 dias;

13.6 O(s) produto(s) deverá(ao) ser cotado(s) com marca, ser de 1ª qualidade e, descrito(s) com a(s) especificação(ões) necessária(s) para facilitar sua identificação com os requisitos constantes do Edital;

13.7 Os preços deverão ser cotados separadamente, em moeda nacional, com duas casas decimais depois da vírgula e, já deverão estar incluídos toda incidência de impostos, transportes, custos diretos e indiretos relativos ao presente objeto, inclusive todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários e tributários, ou quaisquer outros custos decorrentes ou que venham a serem devidos em razão do objeto deste Edital;

13.8 Somente serão desclassificadas as propostas que possuam vícios insanáveis.

13.9 Estar acompanhada:

13.9.1 Da Declaração de que correrão por conta, quaisquer outras despesas não incluídas na cotação do(s) preço(s) do(s) produto(s) licitado(s);

13.9.2 Da Declaração que aceitam as condições impostas por este edital e que submetem se ao disposto pela Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares;

13.9.3 Da Declaração que o(s) produto(s) a ser(em) entregue(s) ficará(ao) sob a inteira responsabilidade, até a entrega definitiva;

13.9.4 Da Declaração que cumpre(m) plenamente as condições estabelecidas para efeito de habilitação, nos termos do disposto no inciso VII, do artigo 4º da Lei 10.520/02;

13.9.5 Da Declaração de que se enquadra ou não na condição de ME ou EPP, nos termos do art. 3º da LC 123/2006 e que não está inserida nas excludentes hipóteses do § 4º do artigo em comento, para fins do exercício do direito de favorecimento.

14. DA SOBRESCRITURA DO ENVELOPE Nº 02

Sr. Pregoeiro

Empresa:

Referente ao Edital de Pregão nº 02/2015

Abertura às 09:30 horas do dia 05 de fevereiro de 2015

Praça João Ribeiro, Nº 01, Centro, São Joaquim, SC, CEP 88.600-000

Documentação de Habilitação

15. DA HABILITAÇÃO:

15.1 DA REGULARIDADE JURÍDICA:

15.1.1 Cópia do Contrato Social e Alterações posteriores, ou Cópia da última Alteração Consolidada e das alterações subsequentes, registrados na Junta Comercial do Estado; em se tratando de Firma Individual o Registro Comercial e no caso de Sociedade por Ações o Ato Constitutivo acompanhado da Ata da Assembleia que elegeu a diretoria em exercício;

15.1.2 A ME ou a EPP que pretende se beneficiar do direito de preferência, instituído pela LC 123/06, deverá apresentar cópia da Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial do Estado da jurisdição competente.

15.2 DA REGULARIDADE FISCAL:

15.2.1 Cópia do CNPJ;

15.2.2 Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal de origem da empresa;

15.2.3 Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual;

15.2.4 Prova de Regularidade a Federal (Certidão Conjunta)

15.2.5 Prova de Regularidade com FGTS;

15.2.7 Certidão Negativa de Falência e Concordata

15.2.6 Certidão Negativa de Débitos trabalhistas

15.2.7 Declaração formal, firmada por representante legalmente constituído, de que não possui em seu quadro de pessoal, empregados menores de 18 anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou em qualquer trabalho, menores de 16 anos, salvos na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

15.2.10 No caso de Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP), que cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, em seu Art. 34, declarando que a Empresa/Cooperativa está apta a usufruir o tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.

NOTAS:

- A certidão que não contar com validade expressa será considerada válida por 60 dias, contados da data da sua emissão, exceto as extraídas pela Internet;
- Todas as xerocópias deverão estar autenticadas, exceto as extraídas pela Internet;
- Todos os documentos de Habilitação deverão ser inseridos no envelope nº 02; preferencialmente dispostos ordenadamente, numerados sequencialmente e rubricados pelo Licitante;
- Nos casos de emissão de declaração falsa, a empresa licitante estará sujeita à tipificação no crime de falsidade ideológica, prevista no artigo 299 do Código Penal Brasileiro, bem como nos crimes previstos nos artigos 90 e 93 da Lei nº 8.666/93, além de poder ser punido administrativamente, conforme as sanções previstas no item 23 do presente Edital.
- A prestação de serviços de autenticação de documentos, internamente, fica restringida até o dia anterior ao da abertura da Sessão, exceção feita aos documentos pertinentes a credenciamento, que poderão ser realizados em até 20 minutos antes da data fatal definida para a entrega dos envelopes.
- Pedimos para que os participantes mantenham atualizado o CRC nesta instituição, é facultada a apresentação deste no momento do certame.
- Por se tratar da modalidade Pregão Presencial com Registro de Preço a aquisição dos itens fica direta e obrigatoriamente vinculada a saldo de dotação e a Prefeitura não se obriga a adquirir 100% dos produtos licitados.
- A Administração Pública em qualquer fase do certame poderá baixar diligências e exigir amostras dos objetos.

16. DA ABERTURA DOS ENVELOPES E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

16.1 Será(ão) aberto(s) preliminarmente o(s) envelope(s) contendo a(s) Proposta(s) de Preço(s), que deverá(ão) estar em conformidade com as exigências do presente edital, ocasião em que se classificará a proposta de menor preço e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10%, relativamente à de menor preço;

16.2 Não havendo pelos menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecer lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos;

16.3 No curso da Sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores, serão convidados individualmente, a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor;

16.4 Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances;

16.5 A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra ao Licitante, na ordem decrescente dos preços;

16.6 É vedada a oferta de lance com vista ao empate;

16.7 Dos lances ofertados não caberá retratação;

16.8 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do Licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo Licitante, para efeito de ordenação das propostas;

16.9 Encerrada a fase de lance(s) oral(is), verificar-se-á a natureza do Licitante com o menor preço ofertado, para efeito de aplicação do direito de preferência à ME e EPP;

16.10 Se, a proposta com menor preço cotado pertencer a ME ou EPP, será, sem meras formalidades, adjudicado a seu favor, o objeto licitado;

16.11 Caso a proposta mais bem classificada ou a com menor preço cotado, dependendo da forma de julgamento, não seja de ME ou EPP, e havendo proposta(s) apresentada(s) por ME ou EPP com valor igual ou superior até 5% do menor preço cotado, caracterizada(s) pelo empate ficto, proceder-se-á da seguinte forma:

16.11.1 Preliminarmente, selecionar-se-á a(s) proposta(s) aceita(s) de ME ou EPP, dispondo-a(s) pela ordem crescente de classificação, para efeito do exercício do direito de preferência, previsto no Inciso I do art. 45 da LC 123/2006;

16.11.2 Para efeito do desempate de valor(es) cotado(s) com equivalência, se houver, utilizar-se-á o critério de sorteio, para identificação do melhor preço cotado e a colocação da ME ou EPP na escala de classificação para exercer o direito de preferência, nos termos dispostos no § 2º, IV do art. 45 da Lei 8.666/93 e no Inciso III do art. 45 da LC 123/2006, respectivamente;

16.11.3 Convocada a ME ou EPP mais bem classificada para exercer o direito de preferência e esta deliberar pela apresentação de nova proposta com preço inferior ao menor, até então, cotado/negociado, ser-lhes-á adjudicado o objeto licitado, ficando em consequência, encerrada a fase de competição;

16.11.4 Convocada a ME ou EPP mais bem classificada para exercer o direito de preferência, e esta deliberar pela não apresentação de nova proposta com preço inferior ao menor, até então, cotado/negociado, convocar-se-á a 2ª ME ou EPP melhor classificada, e assim sucessivamente, até a que satisfaça os requisitos requeridos, observando-se o limite das classificadas;

16.11.5 Se nenhuma ME ou EPP convocada, exercer o direito de preferência e a que exercer, não atender as exigências editalícias, a empresa que apresentou a melhor proposta, independente de se enquadrar ou não como ME ou EPP, será julgada a vencedora da licitação;

16.12 Não havendo oferta de lance(s), será verificada a conformidade da proposta inicial de menor preço e o valor estimado, se compatível, ser-lhes-á adjudicado o objeto licitado;

16.13 Verificada a documentação pertinente, se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, na ordem de classificação, verificando sua

aceitabilidade, procedendo ao julgamento da habilitação, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta que atenda a todas as exigências do Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e, caso não haja manifestação motivada de intenção de recurso, a ele será adjudicado o objeto da licitação definido neste Edital e seus anexos;

16.14 Sendo considerada aceitável a proposta do Licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura de seu envelope nº 02 - DOCUMENTAÇÃO, para verificação do atendimento das condições de habilitação;

16.15 Em caso de o Licitante desatender as exigências habilitatórias, o Pregoeiro o inabilitará e examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos Licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo Licitante declarado vencedor;

16.16 Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, o Pregoeiro poderá negociar com o Licitante vencedor, com vistas a obter preço melhor;

16.17 Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade aos Licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta de manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte do Licitante, registrando na ata da Sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todos os demais Licitantes ficaram intimados para, querendo, se manifestar sobre as razões do recurso no prazo de 03 dias, após o término do prazo do recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo;

16.18 A ausência do Licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer;

16.19 Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos Licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima;

16.20 A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todos os Licitantes presentes;

16.21 Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimados, no mesmo ato, os Licitantes presentes;

16.22 A bem dos serviços, o Pregoeiro, se julgar conveniente, reserva-se do direito, de suspender a licitação, em qualquer uma das suas fases, para efetivar as análises indispensáveis e desenvolver as diligências que se fizerem necessárias, internamente, condicionando a divulgação do resultado preliminar da etapa que estiver em julgamento, à conclusão dos serviços.

17. DOS CRITÉRIOS PARA JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

17.1 A adjudicação se dará observando-se as condições prescritas no presente Edital e os critérios abaixo relacionados:

17.1.2 Considerar-se-á vencedor o Licitante que apresentar a proposta mais vantajosa, de acordo com as especificações do edital e ofertar o Menor Preço;

17.1.3 Os Preços cotados, depois de negociados, serão IRREAJUSTÁVEIS e as Propostas, depois de abertas, IRRENUNCIÁVEIS;

17.1.4 Os erros de soma ou de multiplicação, em consequência o resultado do valor apurado, e outros que, não desfigurem a validade jurídica, eventualmente configurados na(s) Proposta(s) de Preço(s) do(s) Licitante(s), poderão ser devidamente corrigidos, não se constituindo, de forma alguma, motivo para a desclassificação da Proposta;

17.1.5 Na hipótese de todas as propostas forem desclassificadas, fica facultado à Comissão a aplicação das disposições do Art. 48 da Lei de Licitações.

18. DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO:

18.1 Será(ão) inabilitado(s) o(s) Licitante(s) que não fornecer(em) todos os documentos exigidos ou se estiverem ilegalmente formalizados ou com vigência expirada, exceção feita às certidões pertinentes a regularidade fiscal de ME e/ou EPP;

18.2 À ME ou EPP, que apresentar certidão de regularidade fiscal revelando qualquer restrição, fica assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da Administração, a contar da data da notificação declarando-a vencedora, para sanar a(s) falha(s) apontada(s);

18.3 A não regularização no prazo designado, incorre na decadência do direito de contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93, ficando facultado à Comissão, convocar a ME ou EPP remanescente mais bem classificada, se houver, observando-se a ordem e o limite de classificação;

18.4 No julgamento da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos habilitatórios e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação;

18.5 Na hipótese de todos os Licitantes serem inabilitados, fica facultado à Comissão a aplicação das disposições do Art. 48 da Lei de Licitações.

19. DO DIREITO AO RECURSO:

19.1. Tendo o Licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão Pública do Pregão, contará com o prazo de 03 dias consecutivos para apresentação das razões de recurso;

19.2. Os demais Licitantes, inclusive os ausentes, consideram-se intimados na Sessão Pública acima referida, terão o prazo de 03 dias consecutivos para apresentarem as contra-razões, que começará a correr do término do prazo da recorrente;

19.3. A manifestação na Sessão Pública e a motivação no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade do recurso;

19.4. O recurso será endereçado à Secretaria Municipal de Administração, via Setor de Protocolo, aos cuidados do Pregoeiro, que o encaminhará ao Secretário de Administração, devidamente informado, para apreciação e decisão, no prazo de até 05 dias;

19.5. O recurso administrativo encaminhados via fax, somente será analisado e atendido, posteriormente a recepção da via original acompanhada do documento comprovando a outorga de poderes ao signatário e da fotocópia do documento de identidade do outorgado;

19.6. A Impugnação ao ato convocatório, deverá ser dirigida à Secretaria Municipal de Administração, aos cuidados do Pregoeiro, obrigatoriamente via Setor de Protocolo, acompanhada da comprovação de xérox autenticadas, do ato constitutivo do outorgante, do instrumento de procuração e do documento de identificação do outorgado, com antecedência de até 05 (cinco) dias úteis da data da sessão pública de abertura.

20. DAS OBRIGAÇÕES DO(S) VENCEDOR(ES):

20.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do presente Edital, seu anexo e do Contrato decorrente;

20.2 Assinar o contrato no prazo de 05 dias úteis após notificação;

20.3 A proposta vencedora, após a fase de lance(s), deverá ser reconstituída, com a recomposição do(s) valor(s) alterado(s), compatível(is) com o(s) negociado(os) e encaminhada ao Pregoeiro, em até 24 horas a contar da data da notificação, acompanhada de declaração formal, indicando o nome, o número do RG, CPF e o cargo do Titular que o representará, para efeito de consignação no Contrato decorrente.

21. DA(S) AUTORIZAÇÃO(ÕES) DE FORNECIMENTO:

21.1. Após a homologação do resultado, será emitida Autorização de Fornecimento e encaminhada ao(s) Licitante(s) vencedor(es);

21.2. Caso o Licitante vencedor recuse-se, injustificadamente, de recebê-la, o Licitante subsequente na ordem de classificação, será notificado para fazê-lo nas condições por ele proposta, ocasião em que será realizada nova Sessão Pública, retomando-se a fase de habilitação, sem prejuízo de que o pregoeiro negocie, diretamente, com o proponente para que seja obtido preço melhor.

22. DO DIREITO DE RESERVA:

22.1 O Município de São Joaquim, reserva-se do direito, conforme legislação vigente de adquirir parte ou todos os produtos licitados, bem como revogar a licitação pertinente, sem que caiba ao(s) Proponente(s) indenização de qualquer espécie;

22.2 Receber o(s) produto(s) provisoriamente, para posterior verificação da qualidade e consequente aceitação;

22.3 O(s) produto(s) que não for(em) de qualidade e/ou que não atender(em), na sua plenitude, as especificações do Anexo, após notificação, será(ão), prontamente colocado(s) à disposição do(s) fornecedor(es), sem atribuição de qualquer ônus ao Contratante.

23. DAS PENALIDADES E GARANTIAS:

23.1 Pela inexecução total ou parcial do contrato, pelo adjudicatário, poderão ser aplicadas as penalidades prevista nos artigos 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em valor até 10% do fornecimento total, além das medidas legais cabíveis;

23.2. Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se o Licitante, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais;

23.3 No caso de o convocado não assinar o Contrato ou, deixar de apresentar documentos solicitados para a contratação ou, recusar-se a fazê-los no prazo estabelecido, sem prejuízo da aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) da sua Proposta Comercial e das demais sanções previstas em lei, o Município se reserva ao direito de convocar outro licitante, observada a ordem e o limite de classificação e o direito de preferência para ME ou EPP, e assim sucessivamente, hipótese em que o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o licitante para obtenção de preço menor.

24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

24.1 Para agilização dos trabalhos, não interferindo no julgamento das propostas, os Licitantes farão constar em sua documentação: endereço, número de fax e telefone, bem como o nome da pessoa indicada para contatos;

a) O cadastro do fornecedor deverá se efetuado em até 24 horas antes do Processo Licitatório.

24.2 No interesse do Município de São Joaquim, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

a) adiada a abertura da licitação;

b) alteradas as condições do Edital, obedecido o disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93.

25. DO FORO:

Fica eleito o foro da Comarca de São Joaquim, SC, para as ações que porventura decorram do presente Edital, independentemente de qual seja o domicílio do Licitante.

São Joaquim - SC, 21 de janeiro 2015.

Fernando Zanete

Pregoeiro em exercício

Paula Maria Hofer Barbosa

Diretora de Compra

ANEXO I – Licitação Relógio Ponto

1. ESPECIFICAÇÕES DO RELÓGIO PONTO FIXOS

- 1 A empresa contratada se responsabiliza pela instalação dos equipamentos, bem como disponibilizará treinamento aos servidores para utilização o mesmo.
2. Registros podem ser coletados via aplicativo embarcado em navegador da internet ou via segunda USB no próprio equipamento, ou via software gerenciador
3. Equipamento deve permitir exportação de dados para qualquer software de tratamento de ponto de acordo com a portaria 15010 TEM.
4. Sistema alternativo de marcação de frequência para empregados com digitais danificadas.

Características Mínimas do Equipamento

- ✓ Equipamento deve atender a Portaria no 1510/2009 do MTE;
- ✓ Memória MRP (Memória de Registro de Ponto) inviolável e de uso exclusivo para armazenamento de todos os eventos envolvendo o equipamento: registro do empregador, ponto, alteração de data e hora e cadastro de funcionário;
- ✓ Memória MT (Memória de Trabalho) de uso exclusivo para armazenamento das informações dos funcionários e empresa;
- ✓ **Permitir o armazenamento de 1,5 milhões de registros (MRP e MT)**
- ✓ Possuir relógio interno com alta precisão (1 (um) minuto por ano)
- ✓ 2 portas USB: uma para comunicação via pen-drive e outra, porta fiscal. (USB 2 ou superior)
- ✓ Sistema de segurança contra violação de lacre eletrônico
- ✓ Dados gravados em memória não volátil, permitindo sua recuperação
- ✓ Marcação de ponto segura contra fraudes;
- ✓ Sistema de impressão com velocidade de 60 mm/s com corte automático do papel;
- ✓ Sinalização de Falta de Papel e tempo estimado de uso da bobina;
- ✓ Impressora com guilhotina;
- ✓ Mudança automática do horário no início e no fim do horário de verão;
- ✓ Transferência de digitais entre equipamentos;
- ✓ Troca rápida e fácil da bobina;
- ✓ Impressora térmica da alta velocidade, com durabilidade da impressão de no mínimo 5 (cinco) anos;
- ✓ Não permitir alterações ou exclusão dos dados armazenados na Memória de Registro de Ponto;
- ✓ Gravação dos dados em memória não volátil tanto para a memória de trabalho como para a memória de registro permanente;

- ✓ Permitir o cadastro dos dados do empregador, local de trabalho e funcionários na memória de trabalho;
- ✓ Trabalhar com vários tipos de comunicação, tornando-se um equipamento moldável à necessidade do cliente e adaptável ao ambiente;
- ✓ Possuir dispositivo para emissão dos eventos realizados;

- ✓ Possuir sistema de No-Break que mantenha o equipamento em funcionamento quando em falta da energia da rede elétrica e sistema de corte inteligente da energia do No-break para evitar danos ao mesmo; (opcional)
- ✓ Capacidade para armazenamento de registros em memória: Aproximadamente 40.000.000 registros;
- ✓ Capacidade para gerenciar informações de aproximadamente 15.000 empregados, empregados e de 30 a 200 empregados ativos, (conforme especificado na planilha de quantidades) registrando várias digitais por empregado;
- ✓ capacidades de armazenamento para 1900 digitais aproximadamente.
- ✓ Som, mensagens de voz. (opcional);
- ✓ Para maior segurança da configuração realizada pelo menu do equipamento permite ativar uma senha de segurança de 5 dígitos;
- ✓ Garantia de fábrica por 1 (um) ano;
- ✓ Gabinete com Lacre externo;
- ✓ Sensores para sinalização de acesso não autorizado;
- ✓ proteção da Memória de Registro de Ponto, garantindo maior segurança contra perda ou violação dos registros armazenados;
- ✓ Inclui Software de Registro Eletrônico Ponto (SREP), com operação local ou rede, para emissão de relatórios com as totalizações das horas trabalhadas, em conformidade com Portaria 1510/2009 do MTE.

Especificações Técnicas mínimas

- 1. Leitor biométrico ótico para identificação da impressão digital;**
- 2. Acionamento automático do leitor de impressão digital quando o dedo é posicionado (auto-on);**
- 3. Possuir sistema de detecção de dedo vivo para se evitar fraudes;**
- 4. Permitir o cadastro de mais de duas impressões digitais por usuário;**
- 5. Trabalhar com o modo de identificação (1:n), ou seja, somente digital;**
- 6. Permitir backup das digitais cadastradas no Gerenciador;**
- 7. Permitir ajustes biométricos;**
- 8. Permitir cadastramento via leitor biométrico USB;**
- 9. Permitir exibição da qualidade da digital no cadastramento;**
- 10. Permitir ajuste da qualidade da digital**
- 11. Autenticação biométrica;**
- 12. Tempo 1:1 menos de 1 segundo – 1: N Menos de 2 segundos em média (1.000 usuários)**

13. Taxas: FRR: 1/1. 000 (taxa de falsa rejeição) FAR: 1/1000.00 (taxa de falsa aceitação)

14. Identificação (1:N)

2. RELÓGIOS PONTO MÓVEIS –

Mesmas especificações dos relógios fixos, próprios para ou adaptados para funcionamento em veículos, com alimentação pela bateria do veículo. O preço deve incluir o kit de instalação em veículos.

Aceitável, também, leitor biométrico de digital á distância, registrando os eventos diretamente em relógio cadastrado.

3. BASTÃO VIGIA-

- Deve realizar os registros através de ibuttons por meio de tecnologia de contato;
- Bateria de longa duração;
- Deve permitir a identificação de cada iButton cadastrado; podendo ser nomeado e classificado por guarda, rota, ponto de ronda ou eventos;
- Registrar data, hora e número do iButton;
- Modo de operação e off-line;
- Comunicação: USB para coleta de dados;
- Software para cadastramento e gerenciamento de dados, com identificação o Ibutton e emissão de relatório.

Anexo II

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

ITEM	QTDE	UNID	DESCRIÇÃO DETALHADA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
Recurso:_(CEIS) _____ Dotação orçamentária: () 44.90.52.35.00.00					
01	08	um	Relógio ponto digital biométrico, conforme especificação anexa, para aproximadamente 30 empregados	1.800,00	14.400,00
Recurso: (Dir. Esportes) _____ Dotação orçamentária:_() 44.90.52.35.00.00					
01	01	um	Relógio ponto digital biométrico, conforme especificação anexa, para aproximadamente 30 empregados	1.800,00	1.800,00
Recurso: (Ensino Fundamental) _____ Dotação orçamentária: () 44.90.52.35.00.00					
01	13	um	Relógio ponto digital biométrico, conforme especificação anexa, para aproximadamente 50 empregados	1.800,00	23.400,00
TOTAL NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO					39.600,00
Obs. Relógios a serem instalados nas creches, escolas e ginásio de esportes.					

Recurso: Secretaria de Turismo ___ Dotação orçamentária: () 44.90.52.35.00.00_

ITEM	QTDE	UNID	DESCRIÇÃO DETALHADA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	01	Um	Relógio ponto digital biométrico, conforme especificação anexa	1.800,00	1.800,00
Obs. Relógio a ser instalada no prédio das Informações Turísticas para atender a Secretaria de Turismo, Informações Turísticas, Museu Histórico, Casa da Cultura e servidores de Obras e Agricultura, em serviço externo nas proximidades.					

Recurso: Secretaria de Assistência Social Dotação orçamentária: () 44.90.52.35.00.00

ITEM	QTDE	UNID	DESCRIÇÃO DETALHADA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	03	Um	Relógio ponto digital biométrico, conforme especificação anexa	1.800,00	1.800,00
TOTAL NA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					1.800,00
Obs. Relógio a ser instalado no CREAS, no CRAS e na Secretaria de Assistência Social					

Recurso: Secretaria da Agricultura Dotação orçamentária: () 44.90.52.35.00.00

ITEM	QTDE	UNID	DESCRIÇÃO DETALHADA	VALOR UNIT. MÉDIO	VALOR TOTAL
01	01	Um	Relógio ponto digital biométrico, conforme especificação anexa	1.800,00	1.800,00
02	01	Um	Bastão vigia 4 ibuttons, conforme especificação anexa	1.043,00	1.043,00
TOTAL NA SECRETARIA DE AGRICULTURA					2.843,00
Obs. Relógio a ser instalado nas instalações da Secretaria de Agricultura					

Recurso: Secretaria de Obras _____ Dotação orçamentária: () 44.90.52.35.00.00

ITEM	QTDE	UNID	DESCRIÇÃO DETALHADA	VALOR UNIT. MÉDIO	VALOR TOTAL
01	01	Um	Relógio ponto digital biométrico, conforme especificação anexa.	1.800,00	1.800,00
02	01	Um	Relógio ponto digital biométrico móvel, conforme especificação anexa.	2.460,00	2.460,00
03	02	um	Bastão vigia 4 ibuttons, conforme especificação anexa	1.043,00	2.086,00
TOTAL NA SECRETARIA DE OBRAS					6.346,00
Obs. Relógio a ser instalado nas instalações da Secretaria de Obras					

Recurso: Secretaria de Administração Dotação orçamentária:_() 44.90.52.35.00.00

ITEM	QTDE	UNID	DESCRIÇÃO DETALHADA	VALOR UNIT. MÉDIO	VALOR TOTAL
01	01	Um	Relógio ponto digital biométrico, para aproximadamente 200 empregados, conforme especificação anexa	1.800,00	1.800,00
TOTAL NA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO					1.800,00
Obs. Relógio a ser instalado no prédio sede da Prefeitura, para atendimento a todos os servidores em exercício naquele endereço, e os servidores de Obras e Agricultura em serviço nas proximidades.					

Valor total deste pedido de licitação: R\$ 58.832,00 (cinquenta e oito mil e oitocentos e trinta e dois reais.)